

Antônio Augusto Mayer dos Santos

# Campanha ELEITORAL

Teoria e prática

**4<sup>a</sup>** edição  
Revista, ampliada  
e atualizada

2024

 EDITORA  
*Jus*PODIVM  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Diagramação:** Equipe JusPODIVM

**Capa:** Ana Caquetti

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 3.ª edição.

S237c Santos, Antônio Augusto Mayer dos  
Campanha Eleitoral - Teoria e Prática / Antônio Augusto Mayer dos Santos – 4. ed., rev.,  
atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.  
1.104 p.

Inclui Bibliografia  
ISBN: 978-85-442-4765-5

1. Direito Eleitoral. 2. Campanha Eleitoral. 3. Candidatura. 4. Propaganda Eleitoral.  
5. Pesquisas Eleitorais. I. Santos, Antônio Augusto Mayer dos. II. Título.

CDD 341.28

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Moisés – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

<b>Capítulo 1</b>	
<b>VOTAÇÕES E ELEIÇÕES.....</b>	<b>35</b>
1.1. Opções de voto do eleitor .....	35
1.2. Votos nulos e eleições válidas .....	36
1.2.1. Anulação da votação de candidato cassado por práticas eleitorais ilícitas - virada jurisprudencial do TSE.....	41
1.3. Eleição suplementar .....	44
1.3.1. Norma de regência .....	45
1.3.2. Trânsito em julgado.....	48
1.3.3. Forma da eleição .....	51
1.3.4. Abrangência para municípios com menos de duzentos mil eleitores e Senadores da República.....	51
1.3.5. Vacâncias estaduais e municipais.....	52
1.3.6. Normatização das eleições suplementares.....	54
1.3.6.1. Impossibilidade de redução de prazos processuais .....	54
1.3.6.2. Cadastro eleitoral.....	57
1.3.7. Casuística das eleições suplementares .....	57
1.4. Sistemas eleitorais.....	59
1.4.1. Sistema majoritário.....	59
1.4.2. Sistema proporcional.....	59
<b>Capítulo 2</b>	
<b>COLIGAÇÕES.....</b>	<b>61</b>
2.1. Fontes legais .....	61
2.2. Conceitos.....	61
2.3. Liberdade de coligação.....	62
2.4. Denominação .....	63
2.5. Personalidade jurídica e legitimidade processual.....	64
2.6. Representantes ou Delegados .....	66

**Capítulo 3**

<b>CONVENÇÕES PARA ESCOLHA DE CANDIDATOS .....</b>	<b>67</b>
3.1. Fontes legais.....	67
3.2. Conceito.....	68
3.3. Período para realização .....	68
3.4. Propaganda intrapartidária .....	68
3.5. Oposição às diretrizes nacionais.....	69
3.6. Local de realização .....	70
3.7. Ata.....	70
3.8. Divergências internas e violações estatutárias.....	71
3.9. Recurso Contra a Expedição de Diploma.....	74
3.10. Observador eleitoral .....	74
3.11. Candidatura nata .....	75
3.12. Filiado preso.....	75
3.13. Outras situações.....	77
3.14. Liberdade de expressão e propaganda antecipada.....	78
3.15. Níveis de convenção partidária.....	81

**Capítulo 4**

<b>REGISTRO DE CANDIDATURA .....</b>	<b>83</b>
Premissas gerais .....	83
4.1. Cotas de gênero .....	84
4.1.1. Fontes legais .....	85
4.1.2. Breve histórico.....	85
4.1.3. Desorganização e indeferimento de registro .....	91
4.1.4. Vagas remanescentes e substituições.....	91
4.1.5. Candidaturas laranjas.....	92
4.1.5.1. Abuso de poder .....	109
4.1.5.2. Devolução de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do Fundo Partidário (FP) utilizados de forma fraudulenta .....	110
4.1.6. Ministério Público Eleitoral.....	112
4.1.7. Legislação partidária.....	112
4.2. Declaração de bens .....	113
4.2.1. Fontes legais .....	113
4.2.2. Bens declaráveis .....	113
4.2.3. Finalidades.....	114
4.2.4. Falhas e omissões .....	115
4.2.5. Atualização financeira .....	115

4.2.6.	Não assinada.....	119
4.2.7.	Entrega previamente ao julgamento do registro .....	119
4.2.8.	Candidato sem bens .....	120
4.2.9.	Procurador habilitado .....	120
4.2.10.	Não apresentação.....	121
4.2.11.	Crime de falsidade ideológica.....	121
4.2.12.	Autossuficiência da declaração de bens .....	123
4.3.	Propostas defendidas por candidatos a prefeito, governador e presidente.....	124
4.3.1.	Fonte legal .....	124
4.3.2.	Candidatos ao Poder Legislativo.....	124
4.3.3.	Forma .....	124
4.3.4.	Vinculação ao mandato.....	125
4.4.	Variação nominal .....	125
4.4.1.	Fontes legais.....	125
4.4.2.	Órgãos públicos.....	127
4.4.3.	Patente militar e cargo público.....	128
4.4.4.	Área de atuação.....	129
4.4.5.	Apelido ou nome pelo qual é mais conhecido .....	129
4.4.6.	Nome social e identidade de gênero.....	131
4.5.	Candidato <i>sub judice</i> .....	136
4.5.1.	Fontes legais .....	136
4.5.2.	<i>Status</i> jurídico .....	136
4.5.3.	Abrangência.....	137
4.5.4.	Participação em debates .....	142
4.5.4.1.	Candidatos avulsos e participação em debates .....	143
4.5.5.	Utilização de fundos públicos.....	144
4.5.6.	Prestação de Contas .....	144
4.5.7.	Cômputo de votos .....	144
4.5.8.	Substituição de candidato e perda do interesse processual .....	145
4.5.9.	Divulgação da votação .....	146
4.5.10.	Proclamação dos resultados .....	147
4.5.11.	Diplomação .....	147
4.5.12.	Cessação da condição <i>sub judice</i> .....	147
4.6.	Filiação partidária .....	148
4.6.1.	Fontes legais .....	148
4.6.2.	Requisitos e restrições.....	149
4.6.3.	Prova da filiação .....	149
4.6.4.	Filiação partidária desvinculada dos limites territoriais da circunscrição eleitoral .....	156

4.6.5.	Aferição de filiação partidária em RCED .....	160
4.7.	Domicílio eleitoral.....	164
4.7.1.	Transferência de domicílio.....	166
4.8.	Quitação eleitoral.....	168
4.8.1.	Súmulas do TSE aplicáveis à quitação eleitoral.....	172
4.9.	Órgão competente para registro e impugnação das candidaturas .....	173
4.10.	Cargos a preencher .....	174
4.10.1.	Cargos Executivos.....	174
4.10.2.	Cargos Legislativos.....	174
4.10.2.1.	Congresso Nacional.....	174
4.10.2.2.	Assembleias Legislativas e Câmara Legislativa .....	176
4.10.2.3.	Câmaras Municipais.....	177
4.11.	Idade mínima .....	182
4.12.	Analfabetismo e candidatura.....	183
<b>Capítulo 5</b>		
<b>SUBSTITUIÇÃO DE CANDIDATO .....</b>		<b>187</b>
5.1.	Disposições gerais.....	187
5.2.	Substituição antes do segundo turno .....	190
5.3.	Falecimento do titular eleito após a realização do segundo turno.....	190
5.4.	Substituição da chapa majoritária.....	191
5.5.	Fraude na substituição às vésperas do pleito.....	192
<b>Capítulo 6</b>		
<b>PRÉ-CAMPANHA ELEITORAL.....</b>		<b>197</b>
6.1.	Introdução e fundamentos .....	197
6.1.1.	Delimitação inicial do “processo eleitoral” .....	200
6.2.	Disciplina normativa .....	202
<b>Capítulo 7</b>		
<b>PROPAGANDA INTRAPARTIDÁRIA .....</b>		<b>235</b>
<b>Capítulo 8</b>		
<b>PROPAGANDA ELEITORAL .....</b>		<b>239</b>
8.1.	Considerações gerais, conceitos e limites.....	239
8.2.	Casuística e extensão da matéria.....	242
8.3.	Início.....	243
8.4.	Muros, faixas, placas, cartazes, pinturas e inscrições .....	245
8.5.	Veículos.....	245
8.6.	Adesivos .....	245

8.7. Bandeiras .....	247
8.8. Comícios .....	250
8.9. Identificação visual de cabos eleitorais x brindes .....	251
8.10. Showmício .....	257
8.11. <i>Outdoors</i> .....	260
8.12. <i>Telemarketing</i> .....	261
8.13. <i>WhatsApp</i> e SMS .....	261
8.14. Trios elétricos.....	263
8.15. Carros de som e minitrios .....	263
8.16. Nome comercial .....	264
8.17. Identificação de candidatos majoritários .....	265
8.18. Direito à imagem.....	266
8.19. Bens que dependem de cessão ou permissão do poder público .....	267
8.19.1. Panfletagem em prédios públicos .....	268
8.20. Bens particulares.....	269
8.20.1. Mobilidade .....	269
8.20.2. Espontânea e gratuita.....	269
8.20.3. Identificação .....	269
8.21. Bens de uso comum .....	270
8.21.1. Banca de jornal e revistas .....	271
8.21.2. Táxi .....	272
8.21.3. Escola particular .....	272
8.21.4. Estabelecimento misto (residencial e comercial).....	273
8.21.5. Estacionamento pago.....	273
8.21.6. Restaurante.....	274
8.21.7. Condomínio residencial .....	274
8.21.8. Sede de sindicato .....	275
8.21.9. Terreno baldio .....	275
8.21.10. Bem tombado pelo patrimônio público.....	276
8.21.11. Feira Livre.....	278
8.22. Dependências do Poder Legislativo .....	279
8.23. Gabinete móvel .....	282
8.24. Meios de comunicação social.....	285
8.24.1. Rádio e televisão .....	285
8.24.1.1. Restrições .....	285
8.24.1.2. Período de campanha.....	291
8.24.1.3. Linguagem estrangeira .....	291
8.24.1.4. Debates.....	291

8.24.2.	Jornais, revistas e demais impressos .....	293
8.24.3.	<i>Internet</i> .....	296
8.24.3.1.	Impulsionamento de conteúdos .....	303
8.25.	Propaganda eleitoral antecipada ou extemporânea.....	309
8.25.1.	Promoção pessoal e propaganda eleitoral.....	309
8.25.2.	Prazo e legitimidade passiva.....	309
8.25.3.	Circunstâncias eleitorais.....	310
8.25.3.1.	Sobre as “palavras mágicas” identificadoras da extemporaneidade .....	311
8.25.4.	<i>Twitter</i> .....	313
8.25.5.	<i>Facebook</i> .....	316
8.25.6.	Propaganda partidária.....	319
8.25.7.	Propaganda negativa.....	319
8.25.8.	Comparação de administrações.....	320
8.25.9.	Escritório político .....	322
8.25.10.	Calendários .....	323
8.25.11.	Adesivos .....	325
8.25.12.	Publicidade institucional.....	326
8.25.13.	Entrevistas.....	327
8.25.14.	Colunas de jornal.....	329
8.25.15.	Camisa do partido no dia da convenção.....	330
8.25.16.	<i>Outdoors</i> .....	331
8.26.	Símbolos nacionais .....	346
8.27.	Fato sabidamente inverídico .....	350
8.28.	Crimes contra a honra na campanha eleitoral .....	353
8.28.1.	Considerações gerais.....	353
8.28.2.	Calúnia.....	354
8.28.3.	Difamação .....	356
8.28.4.	Injúria.....	357
8.28.5.	Sujeitos .....	358
8.28.6.	Ação Penal Pública Incondicionada .....	358
8.28.7.	Processamento .....	359
8.28.8.	Quadro comparativo .....	360
8.28.9.	Agravamento de penas.....	361
8.28.10.	Suspensão condicional do processo .....	363
8.29.	Direito de Resposta.....	363
8.29.1.	Fontes legais, legitimidade e prazos.....	364
8.29.2.	Procedimentos judiciais específicos .....	370
8.29.2.1.	Órgão da imprensa escrita.....	370

8.29.2.2.	Programação normal de rádio e televisão .....	372
8.29.2.3.	Horário eleitoral gratuito .....	372
8.29.2.4.	<i>Internet</i> .....	375
8.29.2.5.	Carro de som .....	377
8.29.3.	Desistência .....	378
8.29.4.	Decisão sobre Direito de Resposta.....	378
8.29.5.	Recursos.....	378
8.30.	Art. 241 do Código Eleitoral e solidariedade .....	379
8.31.	Direito Autoral e propaganda eleitoral .....	381
8.32.	Resumo da propaganda política.....	384
<b>Capítulo 9</b>		
<b>COMITÊ ELEITORAL .....</b>		<b>385</b>
9.1.	Conceito .....	385
9.2.	Localização e distância de prédios especiais.....	385
9.3.	Distância mínima .....	387
9.4.	Quantidade .....	388
9.5.	Alvará e taxas municipais.....	388
9.6.	Propaganda eleitoral antecipada .....	389
9.7.	Pinturas e adesivos .....	389
9.8.	Bens de uso comum .....	391
9.9.	Prestação de serviços .....	391
9.10.	Compartilhamento .....	393
9.11.	Gastos de campanha .....	393
<b>Capítulo 10</b>		
<b>ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS .....</b>		<b>395</b>
10.1.	Fontes legais e regras gerais .....	395
10.1.1.	Fontes de financiamento para as candidaturas femininas .....	401
10.2.	Gastos eleitorais .....	405
10.3.	Limites de gastos.....	409
10.4.	Exclusão das despesas pessoais do candidato .....	411
10.5.	Aplicação dos recursos de campanha: modalidades – devolução de valores – polêmica jurisprudencial.....	413
10.6.	Pagamento indireto de prestadores de serviço .....	416
<b>Capítulo 11</b>		
<b>DOAÇÕES ELEITORAIS .....</b>		<b>419</b>
11.1.	Pessoas Jurídicas .....	419

11.1.1.	Doação de recursos do Fundo Partidário em benefício de candidato registrado por agremiação que não formou coligação – pessoa jurídica – fonte vedada.....	423
11.2.	Pessoas Físicas.....	427
11.2.1.	Fontes legais.....	427
11.2.2.	Limite legal e critério.....	429
11.2.3.	Recursos próprios do candidato (autofinanciamento).....	430
11.2.4.	Doador isento.....	430
11.2.5.	Doação entre candidatos.....	432
11.2.6.	Produto do próprio serviço ou da atividade econômica do doador .....	434
11.2.6.1.	Inconstitucionalidade da disciplina por resolução .....	435
11.2.7.	Doação de serviços estimáveis.....	438
11.2.7.1.	Valor .....	440
11.2.7.2.	Prestação de contas .....	440
11.2.8.	Captador de recursos em <i>websites</i> .....	442
11.2.8.1.	Resumo do <i>crowdfunding</i> eleitoral .....	448
11.2.9.	Regime de bens.....	449
11.2.9.1.	Regime da comunhão universal de bens.....	449
11.2.9.2.	Regime da comunhão parcial de bens.....	451
11.2.10.	Doação acima do limite legal.....	452
11.2.10.1.	Instrumento processual e capacidade postulatória.....	452
11.2.10.2.	Prazo.....	452
11.2.10.3.	Foro.....	453
11.2.10.4.	Rito processual.....	454
11.2.10.5.	Relação de doadores excedentes .....	455
11.2.10.6.	Declaração retificadora.....	456
11.2.10.7.	Princípio da insignificância.....	459
11.2.10.8.	Penalidades .....	461
11.2.10.9.	Multa .....	461
11.2.10.10.	Inelegibilidade e gravidade dos fatos .....	461
11.2.10.11.	Ação Rescisória .....	468
11.2.11.	Doador estrangeiro .....	468
11.2.12.	Doador beneficiário do Auxílio Emergencial .....	470
<b>Capítulo 12</b>		
	<b>PRESTAÇÃO DE CONTAS.....</b>	<b>473</b>
12.1.	Fontes legais.....	473
12.2.	Objeto e limite .....	480
12.3.	Julgamento das contas .....	481

12.3.1. Aprovação .....	483
12.3.2. Aprovação com ressalvas.....	483
12.3.3. Desaprovação .....	492
12.3.4. Não prestadas.....	495
12.3.5. Desorganização contábil e razoabilidade .....	500
12.3.5.1. Extrapolação do limite de gastos.....	502
12.3.6. Alguns aspectos processuais relevantes da prestação de contas.....	503
12.3.7. Contas de vices e suplentes .....	506
12.3.8. Prestação de contas retificadora .....	507
12.4. Sobras de recursos financeiros de campanha .....	508
12.5. Conservação de documentos.....	510
12.6. Advogado constituído.....	512
12.7. Prova testemunhal.....	514
12.8. Do crescente detalhamento normativo da Prestação de Contas .....	519
<b>Capítulo 13</b>	
<b>CAPTAÇÃO E GASTO ILÍCITO DE RECURSOS (ART. 30-A) .....</b>	<b>521</b>
13.1. Fonte legal .....	521
13.2. Objeto (Caixa dois) .....	521
13.3. Legitimidade ativa .....	531
13.4. Legitimidade passiva .....	532
13.5. Instrumento processual.....	532
13.6. Prestação de Contas e IJE .....	534
13.7. Omissões.....	536
13.8. Conta bancária extemporânea.....	537
13.9. Erro de identificação na doação .....	537
13.10. Gastos sem trânsito pela conta específica .....	538
13.11. Bens ou serviços que não integram o patrimônio dos doadores .....	544
13.12. Ausência de emissão ou falta de assinatura nos recibos eleitorais.....	544
13.13. Omissão de receitas e despesas.....	544
13.14. Origem não identificada x fonte vedada .....	546
13.15. Recursos de terceiros contabilizados como próprios .....	547
13.16. Laranjas .....	547
13.17. Excessos de gastos .....	550
13.18. Proporcionalidade x impunidade.....	554
13.19. Penalidades .....	555
13.20. Arrecadação e gastos ilícitos com publicidade nas pré-campanhas (moderação e teto de gastos) .....	556

13.21. Desvirtuamento na aplicação dos recursos destinados à participação política das mulheres .....	566
13.22. Jurisprudência genérica do art. 30-A .....	567
13.23. Densidade normativa do art. 30-A .....	568

**Capítulo 14**

**CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO (ART. 41-A)..... 571**

14.1. Exclusão de terceiro não candidato.....	571
14.2. Distribuição de combustível para eventos de campanha eleitoral .....	577
14.2.1. Carreata .....	578
14.2.2. Colocação de adesivos em veículos .....	582
14.2.3. Comícios .....	589
14.3. Distribuição de bebidas e refeições para eventos de campanha .....	589
14.3.1. Jantar e almoço político.....	589
14.3.2. Festa às vésperas da eleição.....	595
14.4. Promessas genéricas e grupo de eleitores.....	597
14.5. Repressão à oferta de vantagens em troca de voto no Direito Comparado.....	602
14.5.1. Portugal .....	602
14.5.2. Espanha .....	603
14.5.3. Panamá.....	603
14.5.4. Colômbia.....	603
14.5.5. Chile .....	604
14.5.6. Alemanha .....	605
14.5.7. França.....	605
14.5.8. Bélgica.....	606
14.5.9. Holanda.....	606
14.5.10. Romênia.....	607
14.5.11. México .....	607
14.5.12. Brevíssimas considerações .....	608

**Capítulo 15**

**CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHAS ELEITORAIS .... 609**

15.1. Considerações gerais, origens e importância.....	609
15.1.1. Agrupamentos temáticos.....	614
15.1.2. Interpretação e jurisprudência.....	617
15.1.3. Evolução legislativa da matéria .....	619
15.2. Agente Público.....	624
15.3. Litisconsórcio passivo necessário.....	626
15.3.1. Nova modificação de entendimento (Recurso Ordinário Eleitoral nº 060304010/DF).....	629

15.4. Penalidades.....	631
15.5. Princípios.....	643
15.5.1. Igualdade de oportunidades na eleição.....	646
15.5.2. Legalidade estrita.....	649
15.5.3. Abuso de poder.....	651
15.5.4. Abuso do poder político.....	653
15.5.5. Abuso do poder de autoridade e gravidade das circunstâncias.....	655
15.5.5.1. Conceito de autoridade para efeitos eleitorais.....	658
15.5.6. Caso de grave e urgente necessidade pública e matéria relevante e característica das funções de governo.....	660
15.6. Instrumentos de apuração e repressão.....	663
15.6.1. Legitimados ativos.....	663
15.6.2. Procedimento Preparatório Eleitoral.....	664
15.6.3. Representação.....	670
15.6.4. Investigação Judicial Eleitoral.....	671
15.6.5. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo.....	671
15.7. Lapsos temporais restritivos.....	681
15.8. Contagem de prazos.....	684
15.9. Continuidade administrativa.....	685
15.9.1. Reeleição.....	688
15.9.1.1. Reeleição para o Poder Executivo na perspectiva do Direito Eleitoral Comparado.....	707
15.10. Casuística.....	711
15.10.1. Utilização de bens móveis ou imóveis públicos em benefício de candidatos, partidos e coligações.....	715
15.10.1.1. Veículos adesivados em áreas e estacionamentos públicos.....	727
15.10.1.2. Exceções.....	730
15.10.2. Utilização de materiais ou serviços custeados pelos Governos ou Casas Legislativas que excedam as prerrogativas legais.....	734
15.10.3. Utilização de servidores públicos ou empregados da administração pública no horário de expediente.....	740
15.10.3.1. Agentes políticos.....	746
15.10.3.2. Licenças, férias e horários livres.....	749
15.10.3.3. Uso de <i>bottons</i> ou adesivos por servidores públicos no local de trabalho.....	750
15.10.3.4. Postagem de apoio político por servidor público em horário de expediente.....	751
15.10.4. Uso promocional de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social.....	753
15.10.5. Movimentação de pessoal.....	761

15.10.5.1. Contratação de estagiários .....	785
15.10.6. Transferência voluntária de recursos.....	789
15.10.7. Publicidade institucional.....	794
15.10.7.1. Publicidade Institucional e Condutas Vedadas: a controvertida jurisprudência do TSE .....	797
15.10.7.1.1. Veiculação de postagens sobre atos, programas, obras, serviços e/ou campanhas de órgãos públicos federais, estaduais ou municipais em perfil privado de rede social não equivale à publicidade institucional .....	807
15.10.7.2. Placas de obras públicas .....	808
15.10.7.3. Festas municipais e estaduais.....	810
15.10.7.4. Sites dos Poderes Legislativo e Executivo .....	812
15.10.8. Pronunciamentos em cadeia de rádio e TV.....	815
15.10.9. Despesa excedida com publicidade institucional .....	818
15.10.9.1. Requisição de informações sobre os gastos .....	823
15.10.10.Revisão geral da remuneração de servidores públicos .....	824
15.10.10.1.Outros benefícios funcionais.....	829
15.10.10.2.Abono .....	830
15.10.10.3.Reestruturação de carreira de servidores públicos .....	832
15.10.11. Distribuição gratuita de bens, valores, benefícios e programas sociais ...	832
15.10.11.1.Programas sociais e entidades nominalmente vinculadas a candidato ou por este mantida.....	847
15.10.12. Promoção pessoal na publicidade institucional .....	856
15.10.13. Contratação de shows artísticos.....	860
15.10.14. Inaugurações de obras públicas.....	863
15.10.14.1.Tipicidade da conduta e sujeito ativo.....	863
15.10.14.2.Excesso praticado por não candidato .....	865
15.10.14.3. Conceito de obra pública e bem jurídico tutelado .....	865
15.10.14.4. Constitucionalidade.....	868
15.10.14.5. Processamento .....	869
15.10.14.6. Casuística .....	870
15.10.14.7. Aplicabilidade do dispositivo frente à Lei nº 13.165/15 .....	887
15.10.14.8. Inelegibilidade .....	891
15.10.14.9. Quadro comparativo do art. 77.....	892
15.11. Inelegibilidade por Condutas Vedadas .....	892
15.12. Desdobramentos das Representações.....	898
15.12.1. Quadro comparativo RP/IJE.....	900
15.13. As Condutas Vedadas na perspectiva do Direito Eleitoral Comparado .....	901

15.13.1. Portugal.....	902
15.13.2. Espanha.....	902
15.13.3. Argentina.....	903
15.13.4. Honduras.....	904
15.13.5. México.....	904
15.13.6. Panamá.....	905
15.13.7. Colômbia.....	906
<b>Capítulo 16</b> <b>ENCERRAMENTO DA PROPAGANDA ELEITORAL DE RÁDIO E TV .....</b>	<b>909</b>
<b>Capítulo 17</b> <b>PROPAGANDA PAGA NA IMPRENSA ESCRITA (ART. 43) .....</b>	<b>911</b>
<b>Capítulo 18</b> <b>VÉSPERA DO PLEITO .....</b>	<b>917</b>
<b>Capítulo 19</b> <b>DIA DO PLEITO .....</b>	<b>919</b>
19.1. Propaganda eleitoral.....	919
19.2. Crimes eleitorais.....	919
19.3. Eleitor na cabina de votação e voto secreto.....	927
19.4. Transporte de eleitores.....	930
19.4.1. Decisão do STF na ADPF nº 1.013/DF.....	943
19.5. Manifestação individual e silenciosa.....	943
19.5.1. Manifestação individual e silenciosa na perspectiva do Direito Eleitoral comparado.....	946
19.5.1.1. Portugal.....	946
19.5.1.2. Espanha.....	947
19.5.1.3. Argentina.....	947
19.5.1.4. Canadá.....	947
19.5.1.5. Estados Unidos.....	947
19.5.1.6. Colômbia.....	949
19.5.1.7. Chile.....	949
19.5.1.8. Panamá.....	949
19.5.1.9. Bolívia.....	950
19.5.1.10. Itália.....	950
19.6. Comércio.....	950
19.7. Pesquisas eleitorais.....	952
19.8. Presença de candidatos em locais de votação.....	953

19.9. Lei Seca.....	960
19.9.1. Atipicidade penal.....	961
19.9.2. A Lei Seca na perspectiva do Direito Eleitoral Comparado.....	962
19.10. Derrame de santinhos.....	964

**Capítulo 20**

**PESQUISAS ELEITORAIS..... 979**

20.1. Considerações gerais.....	979
20.2. Registro, informações obrigatórias e divulgação.....	980
20.3. Crime de pesquisa eleitoral fraudulenta.....	987
20.4. Pesquisa eleitoral fraudulenta e abuso de poder.....	989
20.5. Acesso judicial ao sistema interno de controle, verificação e da coleta de dados.....	991
20.6. Responsabilização penal dos representantes legais da empresa ou entidade de pesquisa e do órgão veiculador da pesquisa fraudulenta.....	993
20.7. Crime do art. 350 do Código Eleitoral.....	994
20.8. Enquetes e sondagens.....	995
20.8.1. Quadro comparativo pesquisa x enquete.....	996
20.9. Exclusão de pré-candidato de pesquisa eleitoral.....	996
20.10. Divulgação em rede social de pesquisa eleitoral destituída de registro.....	997
20.11. Evolução legislativa da matéria.....	1001
20.12. Nomenclaturas oficiais das pesquisas eleitorais.....	1007

**Capítulo 21**

**AFASTAMENTOS E DESINCOMPATIBILIZAÇÕES ..... 1009**

21.1. Eleição Municipal.....	1009
21.2. Eleições gerais.....	1018
21.3. Destaques jurisprudenciais gerais.....	1028
21.4. Competência e não a nomenclatura do cargo.....	1035
21.5. Parentesco e inelegibilidade.....	1036

**Capítulo 22**

**REQUISICÃO DE FORÇA FEDERAL ..... 1045**

22.1. Fontes legais e regras gerais.....	1045
22.2. Circunstâncias de perturbação dos trabalhos eleitorais.....	1046

**Capítulo 23**

**MULTAS ELEITORAIS ..... 1051**

23.1. Fontes legais e regras gerais.....	1051
23.2. Execução e cumprimento de decisões impositivas de multas eleitorais.....	1056

<b>Capítulo 24</b>	
<b>SÚMULAS DO TSE .....</b>	<b>1057</b>
Introdução .....	1057
24.1. Desincompatibilização (2) .....	1057
24.2. Doação eleitoral (1) .....	1057
24.3. Filiação partidária (4) .....	1058
24.4. Inelegibilidade (16) .....	1058
24.5. Matéria processual (31) .....	1060
24.6. Multas eleitorais (2) .....	1062
24.7. Prestação de contas (3) .....	1063
24.8. Propaganda eleitoral (2) .....	1063
24.9. Registro de candidatura (8) .....	1063
24.10. Desfiliação partidária (1) .....	1064
<b>Capítulo 25</b>	
<b>NOTITIA CRIMINIS.....</b>	<b>1065</b>
Fontes legais e considerações gerais.....	1065
<b>Capítulo 26</b>	
<b>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 111/21 .....</b>	<b>1069</b>
26.1. Distribuição do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para candidatas mulheres e candidatos negros para a Câmara dos Deputados .....	1069
26.2. Anuência partidária para a desfiliação .....	1071
26.3. Datas das posses dos titulares do Poder Executivo .....	1077
<b>Capítulo 27</b>	
<b>LEI Nº 14.208/21 .....</b>	<b>1079</b>
27.1. Federações partidárias .....	1079
<b>Capítulo 28</b>	
<b>LEI Nº 14.211/21 .....</b>	<b>1087</b>
28.1. Texto legal .....	1087
28.2. Limitação da competência normativa do TSE relativamente à organização partidária.....	1089
28.3. Ajustes normativos decorrentes da extinção das coligações proporcionais .....	1090
28.4. Percentuais de votação para “sobras eleitorais” .....	1090
28.5. Número de candidatos .....	1091
28.6. Debates de rádio e TV entre candidatos proporcionais .....	1091
<b>Capítulo 29</b>	
<b>LEI COMPLEMENTAR Nº 184/21 .....</b>	<b>1093</b>

29.1. Texto legal .....	1093
29.2. Exclusão de inelegibilidade .....	1094
29.3. Quadro comparativo da alínea g.....	1098
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>1099</b>